



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

**ESTUDO PRELIMINAR Nº S/Nº - TRE-ES/PRE/DG/SAO/CIA/SAP(SIMI)****1. INTRODUÇÃO**

**1.1.** O presente documento visa analisar a viabilidade da contratação de empresa especializada em prestação de serviços de controle de pragas e vetores urbanos, bem como levantar os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma a melhor atender às necessidades da Administração.

**2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** A contratação dos serviços de desinsetização, descupinização e desratização justifica-se em decorrência da prevenção e combate à proliferação de ratos, traças, cupins, baratas, formigas, percevejos, escorpiões, aranhas, pernilongos, e outros insetos e roedores, sejam eles rasteiros ou voadores, definidos pela Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA – RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009, como pragas urbanas, no âmbito dos edifícios sede e anexo do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, Cartórios e Postos Eleitorais, Almoxarifados e Depósitos, contribuindo não somente para o controle ambiental de tais pragas; mas também para a conservação de mobiliário, arquivos documentais, mercadorias, produtos e saúde de servidores, colaboradores e usuários desses ambientes.

**2.2.** O TRE/ES não possui em seu quadro/estrutura, recursos humanos e materiais para executar os serviços objeto dessa contratação.

**3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**3.1.** A prestação dos serviços de desinsetização e desratização compreende o fornecimento de mão-de-obra e quaisquer insumos, materiais ou equipamentos necessários à execução do objeto. Os serviços deverão ser executados conforme cronograma de execução de serviços a ser elaborado em conjunto pela Contratante e Contratada.

**3.2.** Para a prestação dos serviços, a empresa deverá comprovar:

- Que possui os requisitos de licenciamento junto às autoridades sanitária e ambiental competentes, em atendimento às exigências estabelecidas pela Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA – RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009, com as devidas alterações da Resolução ANVISA – RDC Nº 20, de 12 de maio de 2010;
- Que possui responsável técnico devidamente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas, com registro do profissional junto ao respectivo conselho, em atendimento às exigências estabelecidas pela Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA – RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009, com as devidas alterações da Resolução ANVISA – RDC Nº 20, de 12 de maio de 2010;
- Que os serviços deverão ser prestados em conformidade com os requisitos definidos na Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA – RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009, com as devidas alterações da Resolução ANVISA – RDC Nº 20, de 12 de maio de 2010, destacando-se as metodologias direcionadas para a redução do impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador dos produtos

**3.3.** Práticas de sustentabilidade que devem ser veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada – Com as exigências das licenças ambientais fornecidas por Órgãos Ambientais e

utilização de produtos químicos com registro na ANVISA.

**3.3.1.** A Contratada é obrigada a efetuar o recolhimento das embalagens vazias e respectivas tampas dos agrotóxicos e afins para fins de destinação final ambientalmente adequada, a cargo das empresas titulares do registro, produtoras e comercializadoras, ou de posto de recebimento ou centro de recolhimento licenciado e credenciado, observadas as instruções constantes dos rótulos e das bulas, conforme artigo 33, inciso I, da Lei nº 12.305, de 2010, artigo 53 do Decreto nº 4.074, de 2002, e legislação correlata.

**3.3.2.** A contratada deverá executar os serviços em estrita conformidade com os requisitos de licenciamento, procedimentos e práticas operacionais definidos na Resolução RDC ANVISA nº 52/2009, destacando-se as metodologias direcionadas para a redução do impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador dos produtos;

**3.3.3.** Os produtos utilizados deverão ter as seguintes características: não causarem manchas; serem antialérgicos; tornarem-se inodoros após 90 (noventa) minutos da aplicação; serem inofensivos à saúde humana; estarem compreendidos dentre aqueles permitidos pela Portaria 10/85 e suas atualizações, Agência Nacional de Vigilância Sanitária e Ministério da Saúde; não danificarem ou causarem a morte das plantas dos canteiros, árvores e gramados. Os produtos utilizados, além de obedecerem às exigências prescritas anteriormente, deverão ser devidamente licenciados pela entidade sanitária pública competente;

**3.3.4.** A contratada deverá fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços e fiscalizar o uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE.

**3.4.** O contrato deverá ter duração até 31/12/2023.

#### **4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES**

**4.1.** Na sede do TRE-ES (composta pelos edifícios sede e anexo) e Almoxarifado Central: 03 (três) aplicações.

**4.2.** Nos Postos Eleitorais, Cartórios Eleitorais, demais Almoxarifados e Depósitos de Urnas: 01 (uma) aplicação em cada um dos imóveis.

#### **5. ANÁLISE DO MERCADO**

**5.1.** Diversas empresas podem prestar o serviço, por se tratar de serviço comum, disponível no mercado. A solução utilizada para suprir as necessidades da Administração foi escolhida a partir das contratações anteriores do próprio TRE/ES, com a utilização de técnicas que atendam às necessidades dos serviços, utilizando-se, sempre que possível, critérios e práticas de sustentabilidade e que estejam de acordo com a Resolução da ANVISA – RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009, e suas alterações (Resolução ANVISA – RDC nº 20, de 12 de maio de 2010).

#### **6. PARCELAMENTO OU NÃO DO OBJETO**

**6.1.** A contratação dos serviços de controle de pragas e vetores urbanos, que compreende a desinsetização, desratização e descupinização deverá ser realizada em lote único, por valor global, com base no princípio da economicidade, em razão de que:

- Os serviços são todos compreendidos pelo mercado como “dedetização”, sendo ofertados por toda empresa especializada nesse tipo de serviço;
- Os três serviços podem ser realizados em um único dia, se forem contratados por uma mesma empresa, o que provavelmente não será possível se mais de uma prestadora desse serviço for contratada;
- O preço do serviço contratado tende a diminuir se uma única empresa for contratada, uma vez que os custos de deslocamento para a execução do serviço em todo o Estado serão embutidos apenas uma vez, para os três serviços;
- Considerando a toxicidade dos serviços em questão, o que implica no fechamento dos Cartórios no dia da execução dos mesmos, é vantagem para esta administração que a execução dos três itens seja

realizada em apenas um dia de expediente, pois evita a interrupção das atividades cartorárias, por mais de uma vez, por motivo de dedetização.

## 7. MAPA DE RISCO

<b>RISCO 01 - PLANEJAMENTO INADEQUADO DA CONTRATAÇÃO</b>	
<b>PROBABILIDADE</b>	( X ) BAIXA ( ) MÉDIA ( ) ALTA
<b>IMPACTO</b>	( ) BAIXO ( X ) MÉDIO ( ) ALTO
<b>DANO:</b> Realizar estudo falho, incompleto ou impreciso, podendo ocasionar prejuízos na aquisição.	
<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
Escolher equipe com conhecimentos suficientes para os estudos em tempo hábil para que não haja prejuízos durante a fase de planejamento .	SAO
<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
Devolver a solicitação à unidade demandante para os ajustes devidos	SAO
<b>RISCO 02 - DESCONFORMIDADE DO TERMO DE REFERÊNCIA</b>	
<b>PROBABILIDADE</b>	( X ) BAIXA ( ) MÉDIA ( ) ALTA
<b>IMPACTO</b>	( ) BAIXO ( ) MÉDIO ( X ) ALTO
<b>DANO:</b> Retardamento das etapas processuais inerentes a contratação.	
<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
Realizar revisão do termo de referência.	SAP
<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
Elaborar novo termo de referência.	SAP
<b>RISCO 03 - NÃO CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO</b>	
<b>PROBABILIDADE</b>	( X ) BAIXA ( ) MÉDIA ( ) ALTA
<b>IMPACTO</b>	( ) BAIXO ( ) MÉDIO ( X ) ALTO
<b>DANO:</b> Comprometimento da prestação do serviço.	
<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
Ampliação do número de prestadores de serviço.	SECOM
<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
Abertura de novo procedimento, em caso de fracasso.	SAP
<b>RISCO 04 - ATRASO NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO</b>	
<b>PROBABILIDADE</b>	( X ) BAIXA ( ) MÉDIA ( ) ALTA
<b>IMPACTO</b>	( ) BAIXO ( X ) MÉDIO ( ) ALTO
<b>DANO:</b> Comprometimento do fornecimento de água mineral.	
<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
Diligenciamento e esclarecimento quanto às consequências que a Contratada estará submetida .	FISCAL
<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>

Advertir e se necessário abrir procedimento administrativo para apurar a responsabilidade da Contratada.	FISCAL
<b>RISCO 05 - PROBLEMAS NA EXECUÇÃO DO OBJETO</b>	
<b>PROBABILIDADE</b>	( X ) BAIXA ( ) MÉDIA ( ) ALTA
<b>IMPACTO</b>	( ) BAIXO ( ) MÉDIO ( X ) ALTO
<b>DANO:</b> Execução do serviço de forma incorreta, com produtos inadequados, sem registro na Anvisa e/ou autoridades sanitárias.	
<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
Prever no contrato a necessidade de seguir toda legislação pertinente ao serviço, escolher empresa especializada, exigir comprovações para certificar a qualidade no serviço prestado.	SAO
<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
Fiscalizar a correta execução dos serviços especializados e aplicar sanção a empresa responsável pelo não cumprimento do contrato, tempestivamente.	FISCAL

## 8. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

- Andressa Maria Brunoro Grillo - Fiscal da atual contratação
- Bruno da Silveira Gomes - Chefe da Seção de Administração Predial
- Antônio Brasil Maia Filho - Coordenador de Infraestrutura Administrativa

Em 18 de agosto de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **ANDRESSA MARIA BRUNORO GRILLO**, Analista Judiciário, em 31/08/2022, às 16:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0791789** e o código CRC **C527DF23**.

0004707-70.2022.6.08.8000

0791789v4